



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

**Ata da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas**

Aos vinte seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze (26/8/2014), às 9 (nove) horas e 50 (cinquenta) minutos, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Presidente desta Reunião, Vicente Felix Correia (Corregedor Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas), Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, e Valter José de Omena Acioly. Inicialmente o Presidente da Sessão agradeceu a presença de todos e de logo solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência do *quorum*. Confirmado o número necessário, o Presidente da Reunião declarou aberta a Sessão. Em seguida passou o Colegiado a deliberar a ordem do dia, a saber: 1. As Atas da 2ª Sessão Extraordinária Solene e da 3ª Sessão Extraordinária Solene, a Ata da 2ª Sessão Extraordinária e a Ata da 3ª Sessão Ordinária; 2. Minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que trata das modificações das atribuições das Promotorias de Justiça de Penedo, em face do deslinde do Processo PGJ/AL nº 2240/2014. Interessado: Promotor de Justiça Sitael Jones Lemos; 3. Processo CG nº 176/2012. Assunto: Requerendo reconhecimento das ações desenvolvidas. Interessado: José Carlos S. Castro. Relator: Dr. Luiz Barbosa Carnaúba; 4. Processo PGJ/AL nº 4344/2013. Assunto: Anteprojeto de Ato Normativo que trata dos procedimentos para contratação de serviços de compras no âmbito do MPE/AL. Interessado: Diretor da Controladoria Interna do MPE/AL, Marcus Robson Nascimento Costa. Com parecer da Comissão de Assuntos Institucionais do CPJ/MPE/AL; 5. Processo PGJ/AL nº 606/2014. Assunto: Moção de Apoio à Causa Indígena e criação de Promotoria e de Centros Operacionais para a área indígena. Parecer da ASPLAGE/MPE/AL nos autos, com exposição do entendimento sobre a extensão das atribuições dos Centros Operacionais. Interessado: Ministério Público do Estado do Pará; 6. Processo PGJ/AL nº 671/2014. Assunto: Encaminhamento da minuta do Plano Geral de Autuação – PGA (2014-2015). Interessada: ASPLAGE – Assessor Humberto Pimentel Costa; 7. Processo PGJ nº 4817/2013. Assunto: Pedido de providências, que trata de solicitação com o escopo de que o MPE/AL se manifeste sobre o tema das cotas étnico-raciais nos concursos para membros e servidores do Ministério Público. Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; 8. Processo PGJ/AL nº 4374/2013. Assunto: Pedido de providências, conflito entre auxílio alimentação e diária. Interessado: Antiógenes Marques de Lira. Observo que foi juntado o voto do Procurador Lean Antônio Ferreira de Araújo proferido no Processo PGJ/AL nº 2463/2013, consoante deliberado na 3ª Sessão Ordinária do CPJ/MPE/AL; 9. Processo PGJ/AL nº 5379/2013. Assunto: Pedido de providências. Interessado: Coordenador das Promotorias de Justiça da Capital com



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

9
10
11
12
13
14
15
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86

atribuições na Fazenda Pública Estadual. Regulamentação das atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas; 10. Processo PGJ/AL nº 22/2014. Assunto: Proposta de Alteração da Resolução CPJ nº 38/2012. Amplia as atribuições da 51ª Promotoria de Justiça da Capital (Execuções Penais). Minuta nos Autos. Interessado: CNMP – Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba, e 11. Outras matérias na pauta. Quanto ao item 1 da pauta, questionados os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça se havia algum aprimoramento a fazer, pelo Presidente da Reunião, foi suscitado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo que o percentual estabelecido para o auxílio-moradia foi de 10% a 20% e não de 10% a 15%, conforme consta da minuta da Ata da 3ª Sessão Ordinária. Deste modo, o Colegiado deliberou pela correção deste ponto na referida Ata. Anotado este aprimoramento, esta e as demais Atas foram aprovadas à unanimidade. Quanto ao item 2, que trata da Minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que cuida das modificações das atribuições das Promotorias de Justiça de Penedo, foi retirado de pauta para fins de revisão. Neste momento o Presidente da Sessão destacou que a 6ª Promotoria de Justiça em Penedo, ainda não instalada, poderia ser remanejada para a Capital, em face da necessidade de se ter uma Promotoria de Justiça com atribuições na execução das medidas sócias educativas. Falaram sobre este ponto os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Dilmar Lopes Camerino, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Lean Antônio Ferreira de Araújo e Valter José de Omema Acioly. No que concerne ao item 3, Processo CG nº 176/2012, foi retirado de pauta por conta da ausência do Relator. No que tange ao item 4, o Colegiado, seguindo o Parecer da Comissão de Assuntos Institucionais, aprovou à unanimidade a instrução normativa que estabelece procedimentos para contratação de serviços e compras de qualquer natureza, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Atinente ao item 5, Processo PGJ/AL nº 606/2014, o Colegiado deliberou, à unanimidade, que fosse os autos remetidos à Procuradoria Geral de Justiça para fins de estudo e apresentação de sugestão. Pertinente ao item 6, Processo PGJ/AL nº 671/2014, foi retirado de pauta em razão de não ter sido distribuída cópia da minuta do Plano Geral de Autuação – PGA (2014-2015). Desta forma, foi deliberada, à unanimidade, a distribuição da referida minuta aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça. No tocante ao item 7, Processo PGJ nº 4817/2013, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes. Referente ao item 8, Processo PGJ/AL nº 4374/2013, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo. Relativo ao item 9, Processo PGJ/AL nº 5379/2013, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Valter José de Omema Acioly. Referente ao item 10, Processo PGJ/AL nº 22/2014, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo. Aberta a fase de comunicações, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá lembrou que o trabalho de hoje desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Alagoas é fruto do que foi realizado pelos órgãos de execução e pela Administração Superior do passado, à exemplo do trabalho e das posturas firmes dos Doutores Douglas Lins de Araújo, Carlos Guido Ferrário Lôbo, Enoque Cavalcanti de



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

17
18
19
20
21
22
23
87 Barros e mais recentemente dos Doutores Dilmar Lopes Camerino e Lean Antônio Ferreira
88 de Araújo. Parabenizou a presente gestão pelo labor que vem realizando e, ainda, pelo
89 último concurso para provimento do cargo de Promotor de Justiça, que já redundou na
90 nomeação de novos órgãos de execução. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor
91 Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros observou a necessidade de atualização da
92 primeira página do Diário Oficial do Estado de Alagoas no que tange aos nomes do novos
93 Procuradores de Justiça. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça
94 Afrânio Roberto Pereira de Queiroz anotou que o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese
95 do Ministério Público por ele sustentada quando do julgamento pelo Tribunal de Justiça do
96 Estado de Alagoas, em face do julgamento do caso em que se discutia a qual instituição
97 pertenceria a próxima vaga de conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado. Disse ainda
98 que ao sustentar a tese de que a vaga deveria pertencer à Assembleia Legislativa, fê-lo,
99 como sempre, pautado na lei, sem paixão e sem cores. O Excelentíssimo Senhor Procurador
100 de Justiça Valter José Omena Acioly falou sobre a necessidade de haver harmonização nos
101 entendimentos lançados nos processos pelos Promotores de Justiça e Procuradores de
102 Justiça. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Sérgio Jucá disse que quanto a este
103 ponto, nas questões controvertidas, sempre procurou ouvir os órgãos de execução de
104 primeiro grau. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino
105 concordou com o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Sérgio Jucá e lembrou que
106 em regra, na segunda instância, funcionam como fiscais da lei. O Excelentíssimo Senhor
107 Procurador de Justiça Antiogénes Marques de Lira inicialmente justificou o seu atraso em
108 razão de estar participando da Sessão do Pleno do Tribunal de Justiça. Em seguida lembrou
109 que no passado enviava cópia de suas manifestações para os órgãos de execução da
110 instância singela nos feitos que tinham funcionado, todavia, por não ter encontrado eco
111 deixou de encaminhá-las. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio
112 Ferreira de Araújo disse que não tinha preocupação sobre este ponto. Destacou que ao se
113 manifestar nos processos de segundo grau sempre teve como baliza três situações, a saber: a
114 realização de ato intelectualmente coerente ante o que revela os autos; a manifestação
115 devidamente fundamentada e, em face do conjunto probatório, como se mostra a
116 reconstrução da história nos autos para formação do seu convencimento. Nada mais
117 havendo, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou
118 encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário e sob a
119 conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá

Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

120
121
122
123
124
125
126
127

Proc. 4792/2014
Interessado:
DRA. MARTHA BUENO MARQUES PINTO, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
ENCAM. REQUERIMENTO
Assunto:
REQUERENDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 4784/2014
Interessado:
3º PROMOTORIA DE PALMEIRA DOS INDIOS
Natureza:
NOTIFICACAO PARA CONHECIMENTO
Assunto:
ENCAMINHANDO NOTIFICAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 4785/2014
Interessado:
DR. HUMBERTO PIMENTEL COSTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PAGTO DIARIAS
Assunto:
PAGAMENTO DE MEIA DIARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 4789/2014
Interessado:
DR. ANDERSON CLAUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PAGTO DIARIAS
Assunto:
PAGAMENTO DE 03(TRÊS) DIÁRIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 4790/2014
Interessado:
DR. ANDERSON CLAUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PAGTO DIARIAS
Assunto:
PAGAMENTO DE 02(DUAS) DIÁRIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 4798/2014
Interessado:
DRA. MARIA DE FATIMA DE CARVALHO ALBUQUERQUE VILELA, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
ENCAM. REQUERIMENTO
Assunto:
REQUERENDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 4799/2014
Interessado:
DR. ALBERTO TENORIO VIEIRA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO ADIAMENTO DE FERIAS
Assunto:
ADIAMENTO DAS FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4800/2014
Interessado:
DR. ROGERIO PARANHOS GONCALVES, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
ENCAM. REQUERIMENTO
Assunto:
REQUERENDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 106808

>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '24' DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:
#####

Proc. 4802/2014
Interessado:
DR. HAMILTON CARNEIRO JUNIOR, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
ENCAM. REQUERIMENTO
Assunto:
REQUERENDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 106817

Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos vinte seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze (26/8/2014), às 9 (nove) horas e 50 (cinquenta) minutos, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Presidente desta Reunião, Vicente Felix Correia (Corregedor Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas), Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, e Valter José de Omena Acioly. Inicialmente o Presidente da Sessão agradeceu a presença de todos e de logo solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência do quorum. Confirmado o número necessário, o Presidente da Reunião declarou aberta a Sessão. Em seguida passou o Colegiado a deliberar a ordem do dia, a saber: 1. As Atas da 2ª Sessão Extraordinária Solene e da 3ª Sessão Extraordinária Solene, a Ata da 2ª Sessão Extraordinária e a Ata da 3ª Sessão Ordinária; 2. Minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que trata das modificações das atribuições das Promotorias de Justiça de Penedo, em face do deslinde do Processo PGJ/AL nº 2240/2014. Interessado: Promotor de Justiça Sitael Jones Lemos; 3. Processo CG nº 176/2012. Assunto: Requerendo reconhecimento das ações desenvolvidas. Interessado: José Carlos S. Castro. Relator: Dr. Luiz Barbosa Carnaúba; 4. Processo PGJ/AL nº 4344/2013. Assunto: Anteprojeto de Ato Normativo que trata dos procedimentos para contratação de serviços de compras no âmbito do MPE/AL. Interessado: Diretor da Controladoria Interna do MPE/AL, Marcus Robson Nascimento Costa. Com parecer da Comissão de Assuntos Institucionais do CPJ/MPE/AL; 5. Processo PGJ/AL nº 606/2014. Assunto: Moção de Apoio à Causa Indígena e criação de Promotoria e de Centros Operacionais para a área indígena.

Parecer da ASPLAGE/MPE/AL nos autos, com exposição do entendimento sobre a extensão das atribuições dos Centros Operacionais. Interessado: Ministério Público do Estado do Pará; 6. Processo PGJ/AL n° 671/2014. Assunto: Encaminhamento da minuta do Plano Geral de Autuação - PGA (2014-2015). Interessada: ASPLAGE - Assessor Humberto Pimentel Costa; 7. Processo PGJ n° 4817/2013. Assunto: Pedido de providências, que trata de solicitação com o escopo de que o MPE/AL se manifeste sobre o tema das cotas étnico-raciais nos concursos para membros e servidores do Ministério Público. Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; 8. Processo PGJ/AL n° 4374/2013. Assunto: Pedido de providências, conflito entre auxílio alimentação e diária. Interessado: Antiógenes Marques de Lira. Observo que foi juntado o voto do Procurador Lean Antônio Ferreira de Araújo proferido no Processo PGJ/AL n° 2463/2013, consoante deliberado na 3ª Sessão Ordinária do CPJ/MPE/AL; 9. Processo PGJ/AL n° 5379/2013. Assunto: Pedido de providências. Interessado: Coordenador das Promotorias de Justiça da Capital com atribuições na Fazenda Pública Estadual. Regulamentação das atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas; 10. Processo PGJ/AL n° 22/2014. Assunto: Proposta de Alteração da Resolução CPJ n° 38/2012. Amplia as atribuições da 51ª Promotoria de Justiça da Capital (Execuções Penais). Minuta nos Autos. Interessado: CNMP - Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba, e 11. Outras matérias na pauta. Quanto ao item 1 da pauta, questionados os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça se havia algum aprimoramento a fazer, pelo Presidente da Reunião, foi suscitado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo que o percentual estabelecido para o auxílio-moradia foi de 10% a 20% e não de 10% a 15%, conforme consta da minuta da Ata da 3ª Sessão Ordinária. Deste modo, o Colegiado deliberou pela correção deste ponto na referida Ata. Anotado este aprimoramento, esta e as demais Atas foram aprovadas à unanimidade. Quanto ao item 2, que trata da Minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que cuida das modificações das atribuições das Promotorias de Justiça de Penedo, foi retirado de pauta para fins de revisão. Neste momento o Presidente da Sessão destacou que a 6ª Promotoria de Justiça em Penedo, ainda não instalada, poderia ser remanejada para a Capital, em face da necessidade de se ter uma Promotoria de Justiça com atribuições na execução das medidas sócio educativas. Falaram sobre este ponto os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Dilmar Lopes Camerino, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Lean Antônio Ferreira de Araújo e Valter José de Omena Acioly. No que concerne ao item 3, Processo CG n° 176/2012, foi retirado de pauta por conta da ausência do Relator. No que tange ao item 4, o Colegiado, seguindo o Parecer da Comissão de Assuntos Institucionais, aprovou à unanimidade a instrução normativa que estabelece procedimentos para contratação de serviços e compras de qualquer natureza, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Atinente ao item 5, Processo PGJ/AL n° 606/2014, o Colegiado deliberou, à unanimidade, que fosse os autos remetidos à Procuradoria Geral de Justiça para fins de estudo e apresentação de sugestão. Pertinente ao item 6, Processo PGJ/AL n° 671/2014, foi retirado de pauta em razão de não ter sido distribuída cópia da minuta do Plano Geral de Autuação - PGA (2014-2015). Desta forma, foi deliberada, à unanimidade, a distribuição da referida minuta aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça. No tocante ao item 7, Processo PGJ n° 4817/2013, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes. Referente ao item 8, Processo PGJ/AL n° 4374/2013, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo. Relativo ao item 9, Processo PGJ/AL n° 5379/2013, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly. Referente ao item 10, Processo PGJ/AL n° 22/2014, foi sorteado para distribuição, passando a caber a relatória ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo. Aberta a fase de comunicações, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá lembrou que o trabalho de hoje desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Alagoas é fruto do que foi realizado pelos órgãos de execução e pela Administração Superior do passado, à exemplo do trabalho e das posturas firmes dos Doutores Douglas Lins de Araújo, Carlos Guido Ferrário Lôbo, Enoque Cavalcanti de Barros e mais recentemente dos Doutores Dilmar Lopes Camerino e Lean Antônio Ferreira de Araújo. Parabenizou a presente gestão pelo labor que vem realizando e, ainda, pelo último concurso para provimento do cargo de Promotor de Justiça, que já redundou na nomeação de novos órgãos de execução. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros observou a necessidade de atualização da primeira página do Diário Oficial do Estado de Alagoas no que tange aos nomes dos novos Procuradores de Justiça. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz anotou que o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese do Ministério Público por ele sustentada quando do julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, em face do julgamento do caso em que se discutia a qual instituição pertenceria a próxima vaga de conselheiro para o Tribunal de

Contas do Estado. Disse ainda que ao sustentar a tese de que a vaga deveria pertencer à Assembleia Legislativa, fê-lo, como sempre, pautado na lei, sem paixão e sem cores. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Valter José Omena Acioly falou sobre a necessidade de haver harmonização nos entendimentos lançados nos processos pelos Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Sérgio Jucá disse que quanto a este ponto, nas questões controvertidas, sempre procurou ouvir os órgãos de execução de primeiro grau. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino concordou com o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Sérgio Jucá e lembrou que em regra, na segunda instância, funcionam como fiscais da lei. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Antiógenes Marques de Lira inicialmente justificou o seu atraso em razão de estar participando da Sessão do Pleno do Tribunal de Justiça. Em seguida lembrou que no passado enviava cópia de suas manifestações para os órgãos de execução da instância singela nos feitos que tinham funcionado, todavia, por não ter encontrado eco deixou de encaminhá-las. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo disse que não tinha preocupação sobre este ponto. Destacou que ao se manifestar nos processos de segundo grau sempre teve como baliza três situações, a saber: a realização de ato intelectualmente coerente ante o que revela os autos; a manifestação devidamente fundamentada e, em face do conjunto probatório, como se mostra a reconstrução da história nos autos para formação do seu convencimento. Nada mais havendo, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Protocolo 106826

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMF
A SER REALIZADA NO DIA 29.10.2014

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros que, excepcionalmente, na próxima quarta-feira, dia 29.10.2014, às 10h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da ATA da 29ª Reunião Ordinária do ano de 2014.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO

- Ofício n° 127/2014. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Preparatório n° 07/2014 (PCFPE n° 87/14), que tem como objeto possível majoração de preços para compra de medicamentos excepcionais pelo Estado de Alagoas.
- Ofício n° 735/2014. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil Público n° 09/2014, que tem por objeto a fiscalização dos eventos relacionados ao Reveillon 2015 na cidade de Maceió.
- Ofício n° 778/2014. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão da Notícia de Fato n° 25/2014 em Inquérito Civil Público n° 10/2014, que tem como objeto possível realização de propaganda enganosa pela Exata Publicidade.
- Ofício n° 728/2014. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão do Procedimento Preparatório n° 158/2012 em Inquérito Civil Público n° 08/2014, que tem por objeto possíveis irregularidades na segurança de veículos da marca Toyota.
- Ofício n° 772/2014. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil Público n° 24/2012, que tem como objeto a fiscalização do cumprimento da Lei Municipal n° 5.516/2006, que dispõe sobre limites de tempo para as filas no atendimento pelas instituições bancárias.